

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes Empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

**REQUERIMENTO Nº , DE 2016
(Do Sr. Rubens Bueno)**

Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do senador da república Senhor DELCÍDIO DO AMARAL GOMEZ.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências necessárias para a convocação do Senhor Delcídio do Amaral, com o objetivo de subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICATIVA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki homologou em 14/03/2016, o acordo de delação premiada do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), firmado com a Procuradoria-Geral da República.

No relatório da delação do senador, os procuradores descrevem que "Delcídio do Amaral tem conhecimento de que um dos temas que mais aflige o presidente Lula é a CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)".

Delcídio relatou ter sido pressionado por Lula para que Mauro Marcondes e Cristina Mautoni, lobistas presos pela PF no decorrer das investigações, não fossem depor na CPI do Carf, no Senado.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes Empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

De acordo com Delcídio, Lula estaria angustiado com a possibilidade de convocação dos seus filhos, Fábio Luiz Lula da Silva e Luiz Claudio Lula da Silva, cujas empresas receberam repasses dos lobistas envolvidos na Zelotes.

"Em resposta à insistência de Lula, Delcídio, como líder do governo no Senado, mobilizou a base do governo para derrubar os requerimentos de convocação do casal na reunião ocorrida em 05/11/2015, onde logrou êxito", afirmam os procuradores.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 29 de março de 2016.

**Rubens Bueno
PPS/PR**